



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

ATA N.º 6/2023
do Conselho de Escola
da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

No vigésimo sétimo dia do mês de julho de dois mil e vinte e três, pelas dez horas e seis minutos, reuniu ordinariamente, presencialmente e por videoconferência, o Conselho de Escola.

Estiveram presentes, enquanto membros docentes: Professora Doutora Paula Costa e Silva (que presidiu), Professora Doutora Sandra Lopes Luís, Dra. Teresa Morais, Dr. Sérgio Conceição, Dr. Diogo Tapada dos Santos, Professor Doutor Nuno Cunha Rodrigues, Professor Doutor João Espírito Santo e Dr. Afonso Brás; os estudantes João Barreiro (que secretariou), André Brito, Patrícia Almeida, Joel Semedo e Vítor Andrade André; e enquanto membro não docente, Dra. Nádia Lomar.

Estiveram ainda presentes sem direito a voto, a Senhora Diretora, Professora Doutora Paula Vaz Freire, a Senhora Subdiretora, Professora Doutora Raquel Brízida Castro e a Senhora Diretora Executiva Dra. Cândida Eunice Machado.

O Professor Doutor Pedro Romano Martinez (Presidente do Órgão), a Professora Doutora Ana Fouto e o Professor Doutor Paulo Alves Pardal justificaram a sua ausência.

A ordem de trabalhos consistiu nos seguintes pontos:

1. Eleição do Secretário;
2. Aprovação da ata da reunião anterior;
3. Proposta de Orçamento para 2024;
4. Plano de Atividades para 2024.

Período antes da ordem do dia

A Presidente interina justificou ao Conselho a ausência do Professor Doutor Pedro Romano Martinez, Presidente eleito do Órgão, impulsionando um Voto dedicado em prol do rápido regresso do Sr. Professor perante a direção do mesmo.



Em resposta ao email previamente enviado aos membros do Conselho, pelo Conselheiro João Barreiro, questionando a ausência do ponto “Outros Assuntos” na Ordem de Trabalhos, a Presidente interina justificou a mesma dando nota da necessidade de celeridade perante o trato de questões de maior importância, previstas nos pontos três e quatro da mesma ordem, em consequência da brevidade da reunião por circunstâncias alheias ao Conselho.

O Conselheiro Vítor Andrade André fez atentar à previsão regimental do período antes da ordem dia, e à necessidade de exposição de problemáticas relacionadas com a Escola, às quais a Presidente interina atentou, pedindo que, perante os constrangimentos temporais, as mesmas fossem enviadas por email para a Presidência do Conselho, de forma a serem devidamente tratadas pelas entidades académicas competentes.

1. Eleição do Secretário

A Presidente interina deu nota da renúncia ao mandato da aluna Catarina Vieira, secretária do Órgão, informando o Conselho da necessidade da eleição de um novo secretário, agradecendo e parabenizando o trabalho assegurado pela aluna Catarina Vieira, presente na reunião, ao longo do seu mandato.

O Conselheiro André Brito cumprimentou todos os presentes e informou o Conselho que os membros discentes votam, por unanimidade, no Conselheiro João Barreiro para o assegurar das funções de Secretário, agradecendo o trabalho até então levado a cabo pela antiga secretária do Conselho, Catarina Vieira. A Presidente interina acolheu com satisfação a indicação do novo secretário, parabenizando-o pela eleição.

O Conselheiro João Barreiro agradeceu o voto de confiança dos membros discentes do Conselho, louvando o trabalho levado a cabo pela anterior secretária. A Presidente interina propôs um voto de louvor pelo trabalho desenvolvido pela aluna Catarina Vieira, enquanto secretária do Órgão, aprovado pela unanimidade dos membros presentes.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

A Sra. Diretora tomou a palavra e agradeceu à aluna Catarina Vieira pelo seu trabalho de secretária do Conselho, parabenizando o novo secretário.

2. Aprovação da Ata da reunião anterior

Submetida a votação, a ata foi aprovada por unanimidade.

3. Proposta de Orçamento para 2024

4. Plano de Atividades para 2024

A Sra. Diretora cumprimentou todos os presentes, informado o Conselho que, por pressupostos de conexão entre os pontos três e quatro da ordem de trabalhos, a sua apresentação deverá ser conjunta, de forma a melhor correlatar os documentos em discussão, uma vez que o orçamento faz corresponder, em termos financeiros, aquilo que são as atividades que se propõe levar a cabo. A Sra. Diretora lembrou os presentes que apesar de no próximo ano de 2024, a Direção da Faculdade caber a uma outra equipa de gestão, a apresentação dos documentos em discussão não se trata de uma mera formalidade, mas de uma projeção orientadora de linhas estratégicas e identitárias da Faculdade de Direito.

Introduzido o contexto de discussão dos documentos, a Sra. Diretora fez associar três eixos estratégicos essenciais aos mesmos: a valorização do ensino da Faculdade, a melhoria do bem-estar da comunidade académica, e a sustentabilidade no uso de recursos. Em mais detalhe, no que respeito diz ao Ensino, a Sra. Diretora lembrou a importância da manutenção do tradicional ciclo de estudos, atentando, porém, à sua diversificação e adequação ao plano internacional, de forma a que o mesmo se desenvolva e melhore. Espelho deste desenvolvimento e melhoria, são os mestrados em Prática Jurídica Europeia, o mestrado em Direito e Gestão, em colaboração com o ISEG, e a recente pós-graduação em Inteligência Artificial aplicada ao Direito. Ainda no contexto da valorização e melhorias relativas ao Ensino na Faculdade, a Sra. Diretora informou que no próximo ano letivo, estará disponível no programa da Faculdade, uma pós-graduação em Justiça Internacional e Arbitragem.



No vetor correspondente ao compromisso relativo à melhoria da relação entre os alunos e os serviços da Faculdade, a Sra. Diretora expôs a importância da sua manutenção, num contexto de continuidade para com o trabalho desenvolvido em prol das melhorias até então otimizadas, tal como se pode comprovar com a análise do plano de atividades. Nas palavras da Sra. Diretora, a valorização dos recursos humanos da Faculdade foram uma preocupação constante nos seus mandatos relativos à gestão da Escola, aspeto que considera ser imprescindível de se continuar, numa perspetiva de melhoria e valorização dos serviços da Faculdade. A Sra. Diretora assume com orgulho o prestígio nacional da Faculdade de Direito, bem como os seus níveis de internacionalização, lembrando a importância da multidiversidade de serviços e instrumentos usados pela Escola.

No que respeita ao segundo eixo, relativo ao bem-estar da comunidade académica, a Sra. Diretora fez atentar à essencialidade da manutenção das estruturas de apoio aos membros da academia, em particular às questões associadas ao foro psicológico, destacando o papel e trabalho notável da Conselheira Dra. Teresa Morais a este nível.

Relembrou a importância da integração no mercado de trabalho; a criação de instrumentos e estruturas de apoio em prol de um espaço seguro e livre de práticas de segregação, discriminação e assédio; a requalificação do edificado, em conjunto com a criação de novos espaços; a continuidade da recuperação do arquivo histórico da Faculdade, entre outras previsões presentes no plano de atividades.

Neste âmbito, aponta-se à continuidade relativa à comunicação e sedimentação da identidade da Escola, dinamizando o impulso dado por meio das redes sociais e campanhas de divulgação, atentando também à ligação para com a sociedade, através das parcerias ao nível da prestação de serviços, mecenato e outras áreas associadas.

Relativamente ao terceiro eixo, da sustentabilidade no uso de recursos, a Sra. Diretora apontou para a alteração do paradigma relativo à utilização dos recursos,



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

trabalho iniciado no mandato do Professor Doutor Pedro Romano Martinez, e continuado pela direção em gestão. Neste sentido, relembra os investimentos associados à integração no programa POSEUR, originários dos resultados atuais, extraordinariamente positivos para a Faculdade de Direito e a para a comunidade a ela associada, como a diminuição, em 76%, da emissão de gases com efeito estufa, e a autonomização, em 58%, do consumo energético, por meio de fontes de energia renováveis. A Sra. Diretora apontou ainda aos compromissos da Faculdade, para com uma série de metas relativas à sustentabilidade no uso de recursos, e ainda a apresentação de uma candidatura, aprovada, ao PRR - Eficiência Energética em Edifícios da Administração Pública Central – em prol da renovação dos sistemas de climatização e ar condicionado. Relembrou ainda, a qualificação do edifício relativo à parte nova da biblioteca, como Edifício Verde, o que diz ser uma marca expressiva daquilo que têm sido os esforços e a evolução da Faculdade de Direito neste sentido. A Sra. Diretora agradeceu a colaboração dos serviços e alunos, por meio também dos Órgãos da Faculdade e da própria AAFDL, apoio imprescindível para a boa aplicação das medidas levadas a cabo pela equipa de gestão, lembrando que estas linhas de ação encontram a sua expressão financeira nas propostas de orçamento da Escola. Assim, no que diz respeito à proposta de orçamento para 2024, no valor de cerca de catorze milhões de euros, a Sra. Diretora informou que na receita, considerou-se um aumento transferido pelo Orçamento de Estado, em linha com a evolução anterior, estimando-se uma transferência do OE de cerca de sete ponto nove milhões de euros, a que acrescem cerca de oitocentos e quarenta mil euros, referentes às candidaturas PRR, tanto no âmbito do projeto de sustentabilidade, bem como à docência dos cursos pós-graduados anteriormente referidos. Relembrou a melhoria relativa ao comportamento associado a receitas próprias, evidenciando uma tendência de recuperação face aos anos anteriores, como se pode concluir da análise dos gráficos presentes no documento em discussão.

Ao nível da despesa, a Sra. Diretora informou que o principal agregado a estas associado, tem que ver com as despesas relativas a pessoal, que se estima serem de



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

nove milhões e novecentos mil euros em 2024, cobrindo o montante relativo ao Orçamento de Estado cerca de 80% das mesmas, sendo os restantes 20% assegurados por receitas próprias da Escola. As outras despesas mais significativas têm que ver com a aquisição de bens e serviços necessários ao regular funcionamento da Faculdade, estimando-se um aumento moderado, mas previsível ao aumento generalizado de custo, estando estas despesas orçamentadas no valor de cerca de dois milhões e trezentos mil euros. A Sra. Diretora disse ainda haver espaço a novo investimento, significativo, suportado por cerca de novecentos mil euros, para além dos já assegurados setecentos mil relativos aos apoios PRR, constituindo-se este montante de uma folga simpática para a próxima gestão da Faculdade de Direito.

Por último, a Sra. Diretora agradeceu a toda a sua equipa e a todos os funcionários da Escola, imprescindíveis ao bom funcionamento da Escola. Em particular, agradeceu à Sra. Diretora Executiva, Dra. Cândida Eunice Machado, à equipa de apoio à gestão e área de recursos humanos, e à Dra. Ana Ramos, responsável pela divisão financeira. Findando a sua intervenção, deu nota da pronuncia positiva do Conselho Consultivo perante os documentos agora em discussão.

A Professora Doutora Paula Costa e Silva, Presidente interina, agradeceu à Sra. Diretora pela apresentação dos documentos em causa, questionando o plenário acerca da existência de pedidos de esclarecimento perante a intervenção da Sra. Diretora.

O Conselheiro André Brito agradeceu a tomada de palavra à Presidente interina, agradecendo também à Sra. Diretora a explicação dos documentos. Sobre os documentos em discussão, questionou a Sra. Diretora acerca da acreditação do novo mestrado à distância, especificamente sobre os desenvolvimentos após a recusa de acreditação pelo órgão responsável; sobre a questão da internacionalização do ensino, questionou o porquê do baixo nível de adesão dos docentes perante a comissão encarregue pela tradução dos textos, e possíveis resoluções para o problema, saudando o Conselheiro e Professor Doutor Nuno Cunha Rodrigues, por



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

ser um dos professores da FDUL empenhados na escrita em língua inglesa; sobre o tema relativo à eficiência e sustentabilidade questionou a Sra. Diretora acerca do poço e dos desenvolvimentos para o aproveitamento das águas na Faculdade, de forma a economizar recursos; sobre a colocação de novas tomadas de instalação elétrica nos anfiteatros, pediu esclarecimentos perante a sua colocação estratégica relativamente aos grandes anfiteatros, como os existentes no edifício um, mais antigo, e em particular no anfiteatro dez, que apesar de novo, é também de tamanho considerável e agradeceu a colocação na medida em que era pedido antigo dos alunos; no que diz respeito ao projeto relativo ao edifício quatro, questionou sobre um possível prazo para o início da sua construção, necessária à Faculdade; acerca do projeto de revitalização do jardim interior, do claustro da Escola, pediu esclarecimento acerca do prazo de conclusão do concurso público associado, ainda em aberto; sobre os relatórios dos Gabinetes da Faculdade, questionou a possibilidade da reintrodução dos relatórios destes no site da Faculdade; por último, agradeceu à Sra. Diretora Executiva, Dra. Cândida Eunice Machado, enquanto percursora conjunta do sucesso da Faculdade de Direito no mandato presente e, sobretudo, na melhora significativa da identidade da Faculdade implementada pela Comunicação e Imagem, dando ainda nota de uma possível introdução perante o Plano de Atividades, relativa à possibilidade da implementação de um sistema de aluguer de cacifos, necessários para a satisfação dos interesses da comunidade académica, por meio de um reforço na sua compra e manutenção.

Sobre o orçamento da Faculdade, o Conselheiro André Brito, questionou o aumento relativo à previsão associada às propinas dos estudantes internacionais; pedindo ainda esclarecimentos acerca das rubricas relativas aos gastos previstos com “Prémios, condecorações e ofertas”; “Material de cultura e recreio” e “Exposições e seminários”, acrescidas na sua previsão orçamental para 2024.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

O Conselheiro Vítor Andrade André agradeceu a tomada de palavra à Presidente interina, dando nota da sua concordância para com a discussão conjunta do Plano de Atividades e Orçamento, introduzida pela Sra. Diretora. Acerca das rúbricas presentes no Orçamento, pediu esclarecimento perante as associadas a “Despesas de representação, deslocações, transportes e estadas”, questionando o aumento da sua previsão perante possíveis compromissos já assumidos pela Escola, e, portanto, previstos na construção do orçamento; acerca das referências associadas a “novos projetos de remodelação e ampliação” pede o seu esclarecimento em função da sua distinção para com novas construções, como o edifício quatro; acerca da ausência do parecer do Fiscal Único, questionou o seu porquê, em função de possíveis problemáticas relativas à calendarização da gestão da Faculdade; questionou também a ausência dos valores relativos aos apoios a equipas de representação da Faculdade, em eventos como Moot Courts e competições nacionais e internacionais, sugerindo o repensar do trato desta questão em prol do acréscimo no apoio em causa, até por meio de eventuais parcerias com Sociedades de Advogados; ainda relativamente a apoios prestados pela Escola, pediu esclarecimento acerca dos mesmos perante os núcleos de estudantes da Faculdade, seja pelos meios económicos, seja pelos meios informáticos, tais como o acesso ao email de domínio da Faculdade, de acesso a apenas um núcleo da Escola, em prejuízo dos demais, atentando ainda à situação associada à ausência de salas dedicadas aos núcleos, reconhecendo por um lado a problemática associada às restrições relativas às infraestruturas da Faculdade, e sugerindo por outro a atribuição de uma sala comum aos núcleos sem espaço atribuído, com a previsão possível de mobília de apoio ao seu trabalho e regular funcionamento, como armários para colocação de livros e possíveis documentos aos núcleos associados.

Relativamente aos trabalhos desempenhados por algumas comissões da Escola, previstos no Plano de Atividades, o Conselheiro Vítor Andrade André, questionou o desenvolvimento destes perante a Comissão associada ao Código de Conduta, atentando ainda para a substituição discente necessária perante a Comissão dedicada à Saúde e Bem-estar, uma vez que com a renúncia da aluna Catarina Vieira



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

ao seu mandato como Conselheira, esse lugar se tornou vago. Neste seguimento, fez reforçar o pedido discente, já prévio em reuniões anteriores, da introdução de um membro estudantil, do Conselho de Escola, na Comissão dedicada à Sustentabilidade ambiental e no uso de recursos, apontando ainda para três possíveis problemáticas relativas ao próximo ano letivo: a entrada de novos estudantes para a Faculdade, e a dificuldade na gestão das infraestruturas da mesma, ainda que com os esforços associados à criação de novas salas de aula; a ausência explícita da previsão de um reforço no apoio ao Gabinete de Apoio Psicológico, essencial para a Escola; e as obras a suceder na cave da parte nova da Biblioteca, potencializadoras de afetação dos utilizadores do espaço. Sobre o tema relativo à oferta formativa, o Conselheiro Vítor Andrade André fez nota positiva perante os desenvolvimentos associados às novas pós-graduações e os esforços na evolução dos mestrados, deixando o repto para que a gestão da Faculdade continue este caminho de desenvolvimento, com a introdução de novas ofertas, direcionadas para outras áreas do direito.

Por último, diz não concordar num todo com o paradigma de avanços explanado pela Sra. Diretora, expondo, pelo contrário, retrocessos e restrições impostas pela gestão da Faculdade aos seus estudantes, como as limitações horárias de acesso à Divisão Académica e à Biblioteca da Escola.

O Conselheiro Joel Semedo cumprimentou todos os presentes, dando indicação de que a sua intervenção tem como base alguns pedidos de esclarecimento perante designados pontos abordados nos documentos em discussão, e em consonância com algumas das já prévias intervenções. Acerca da formação pedagógica dos docentes, questionou a projeção da mesma no sentido da sua adesão, interrogando ainda a sua obrigatoriedade perante a classe docente da Escola. Retomando a temática já mencionada em prol da relação da Faculdade com os núcleos de estudantes existentes, e admitindo ser membro ativo de um deles, aponta para as dificuldades de gestão no trabalho dos mesmos, dirigindo a sua intervenção para a exaltação de uma possibilidade já mencionada, como a disponibilização e abertura dos emails de domínio da Faculdade, aos núcleos, de forma a suprir alguns problemas existentes, e melhor articular a prossecução da sua missão.



Ainda no que diz respeito ao Plano de Atividades, e relativamente ao tema do anonimato na avaliação, pediu esclarecimentos perante o processo decorrido, questionando a previsão da sua implementação geral, de forma a prevenir possíveis problemáticas futuras. Sobre a Proposta de Orçamento, apontou para um corte significativo nas despesas com “Pessoal”, docente e não docente, questionando a razão de ser do mesmo, dando nota da sua preocupação para com os recursos humanos. Sobre a rubrica adjacente à “Publicidade”, e o investimento orçamental e ela dedicado, fez ressalva da ausência prática da sua projeção fora do site oficial da Faculdade e das redes sociais por ela controladas, questionando assim para a sua possível aplicação pelo meio de outras fontes de comunicação, como jornais, telejornais, revistas, ou propaganda televisiva, sob sujeição da sua redundância.

A Sra. Dra. Teresa Morais, Conselheira, cumprimentou todos os presentes, agradecendo a feitura e exposição dos documentos em discussão à Sra. Diretora e à equipa de gestão. Apontou para três pontos distintos, não consubstanciados de rubricas orçamentais específicas ou de tópicos direcionados do plano de atividades, mas de impacto global na gestão da Escola, sugerindo, se assim for considerado, a sua adição aos documentos apresentados.

Neste sentido, e em primeiro lugar, deu nota premente da necessidade da realização de uma formação em primeiros socorros psicológicos, em possível cooperação com a Equipa do INEM, que tem já presente uma formação idêntica em contexto escolar, admitindo, contudo, a rejeição informal da introdução da mesma no plano de ação da Escola, por parte do Conselho de Gestão, em reflexo da ausência de verba de suporte. Sobre este tópico, expõe a sua insistência consequente da importância do mesmo, sugerindo o suporte deste por via de mecenas particulares, como Sociedades de Advogados, que em tudo beneficiam com o bem-estar da comunidade académica, futura integrante dos seus escritórios. Capaz de comportar catorze formandos, esta ação de formação está associada a um valor na casa dos setecentos euros, sugerindo a Sra. Dra. Teresa Morais a sua introdução ponderada no plano de



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

ação da Faculdade, em prol da prossecução, não só do interesse público, bem como do interesse particular da Escola. Deu nota da existência de uma formação idêntica, assegurada pela Universidade de Lisboa, mas manifestamente insuficiente para a importância adjacente à temática em causa, uma vez que apenas dois lugares são disponibilizados a cada Escola; apontando ainda para o relatório do Grupo de Trabalho para a Promoção da Saúde e Bem-estar, entregue à Sra. Diretora, onde também se faz referência a esta recomendação.

Como segunda nota relativa à discussão e análise dos documentos, a Sra. Dra. Teresa Morais apontou para a necessidade elementar da prestação de apoio em Português a estudantes estrangeiros, expondo as dificuldades não só da parte dos Professores, na coordenação da lecionação a turmas comuns para com estes alunos, bem como ao facto destes últimos serem muitas vezes prejudicados pela ausência própria de agilidade linguística envolta ao processo de aprendizagem, com reflexos negativos na sua prestação avaliativa. Deu nota da existência de um curso de Português, dedicado ao ensino da língua, para estrangeiros, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, mas relembra o custo elevado da propina a este adjacente, não acessível à maioria dos estudantes interessados. Neste sentido, diz ver como possíveis resoluções perante esta problemática, ou uma resposta interna, da própria Escola, gratuita para os estudantes interessados, ou, por outro lado, uma parceria protocolar com a Faculdade de Letras, financiando a Faculdade de Direito a propina adjacente ao curso de Português.

Em terceiro lugar, e por fim, a Sra. Dra. Teresa Morais, suscitou pela importância da continuação e manutenção do lugar ocupado pela segunda psicóloga do GAP, lembrando a já prévia menção do assunto pelo Conselho de Escola em reunião anterior. Apontou para a proximidade do fim do estágio da atual segunda psicóloga, e para a necessidade prévia da resolução desta questão, nuclear para o regular funcionamento do GAP. Sobre a gestão executiva do gabinete, a Sra. Dra. Teresa Morais, diz ser do conhecimento geral que esta é da responsabilidade da AAFDL, porém, relembra que sem o apoio financeiro da própria Faculdade, essencial para o



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

seu funcionamento, o GAP dificilmente seria capaz de tão eficientemente, como atualmente, dar resposta às necessidades da comunidade; pedindo à gestão da Escola, em nome pessoal e do grupo de trabalho que coordena, a atenção prévia perante a resolução deste assunto, de forma a que o mesmo não fique sujeito ao período de transição de mandatos de gestão.

O Conselheiro João Barreiro cumprimentou formalmente todos os presentes, agradecendo a tomada de palavra à Sra. Presidente Interina. Deu nota de acompanhamento das várias inquietações e sugestões predecessoras à sua intervenção, atribuindo especial relevo ao ponto último, explanado pela Sra. Dra. Teresa Morais, no que tem que ver com a importância associada à manutenção da continuidade da segunda psicóloga do GAP, de forma a suprir eventuais problemáticas e necessidades da Academia, e prosseguir o interesse dos estudantes, em prol do assegurar da sua saúde e bem-estar psicológicos.

Relativamente a algumas rúbricas presentes na proposta de orçamento, o Conselheiro João Barreiro pediu esclarecimento perante o acréscimo relativo à dotação de despesa prevista, associada com “Trabalhos Especializados”, questionando se há já projeção, ou necessidade suspeita de encargos com isto relacionados; sobre o acréscimo na dotação orçamental atribuído a “Encargos com cobranças”, pediu esclarecimento sobre a premência deste investimento, questionando se o mesmo se reverterá na obtenção de uma maior receita; no que tem que ver com os custos e investimentos relativos a “Pareceres jurídicos”, associados a um encargo considerável, questionou a possibilidade da sua internalização, uma vez que fazem servir uma Faculdade que, já ela de Direito, tem em si os melhores, entre os melhores, dos académicos das diversas áreas jurídicas. No que tem que ver com o tema “Energia e Sustentabilidade”, comum a ambos os documentos, deu nota da projeção dos investimentos relativos ao piso segundo, do



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

edifício primeiro da Escola, pedindo esclarecimento perante a viabilidade e realidade material dos mesmos, em prol do assegurar de melhorias associadas à climatização das temperaturas. Neste sentido, recorda algumas conservações pessoais tidas para com a equipa de gestão, de forma a atentar para a melhor gerência do ar condicionado e equipamentos de aquecimento da Sala de Estudo, assuntos de resolução bem-sucedida, para a qual agradece. Relativamente ao jardim da parte nova da biblioteca, tema que o Conselheiro João Barreiro diz ser presente em quase todas as reuniões do Órgão, apontou para a boa publicitação do espaço verde como local de positiva espiritualidade ambiental, envolto, porém, da proibição expressa da presença de alunos no mesmo, dando nota do sentimento de injustiça da comunidade estudantil com tal facto, uma vez que esta, presente da argumentação relativa ao seu encerramento ao público, por parte dos agentes responsáveis, sabe porém da existência de um espaço aberto e frequentado, disponível para o usufruto destes últimos, no recinto da Biblioteca, o que esgota a sua posição argumentativa quanto a este assunto, que considera ser de teimosia circunstancial.

Por último, relembrou a recém qualificação dos edifícios da Faculdade de Direito e de Letras, e o edifício da Reitoria, como de Património Nacional, sugerindo a atenção devida para a requalificação e restauração necessário da fachada da Escola, e também no que respeito diz à segurança e vigilância do espaço da Faculdade, em prol da preservação material da mesma. Agradeceu a apresentação e elaboração dos documentos em discussão à Sra. Diretora e à sua equipa de gestão, explanando que estes servem, em particulares linhas, como um guia direccionado a uma transição de mandato plena, em conformidade com a manutenção do regular funcionamento da Escola, de forma a prosseguir a sua missão, e melhorar e desenvolver a Academia.

A Sra. Presidente Interina, Prof. Doutora Paula Costa e Silva, agradeceu as intervenções e pedidos de esclarecimento expostos, atribuindo a palavra à Sra. Diretora, em resposta às inquietações infra explanadas.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

A Sra. Diretora agradeceu a tomada de palavra à Sra. Presidente Interina, dando nota de que, em resposta às intervenções dos senhores Conselheiros, começará pelas últimas, de forma a melhor articular o atendimento às diversas questões.

No que diz respeito à intervenção do Conselheiro João Barreiro, a Sra. Diretora deu nota da conformidade do sistema de segurança para com as adjacentes questões legais, cabendo também à comunidade estudantil, em trabalho colaborado com a gestão da Escola, o cuidado relativo a possíveis incidente indesejáveis, em prol da segurança comum da Academia. Sobre o tratamento da fachada da Faculdade, considera desejável a sua restauração, bem como os painéis da autoria de Almada Negreiros, sendo projetável, numa questão de tempo, a sua execução. Acerca da questão associada à impossibilidade da permanência de pessoas no jardim da parte nova da biblioteca, a Sra. Diretora informou que esta posição é assente na opinião dos técnicos direcionados da própria biblioteca, admitindo, porém, que por parecer positivo dos mesmos, esta questão pode ser revista. No que tem que ver com os investimentos associados ao tema da eficiência energética e sustentabilidade, a Sra. Diretora fez trato destes como de um esforço contínuo por parte da gestão da Faculdade, em prol da sua modernização, direcionando as candidaturas a este tipo de investimentos como um dos motivos dos gastos associados aos pareceres especializados, de forma a que melhor se faça garantir por uma menção positiva perante o concurso. Em respeito ao pedido de esclarecimento perante o investimento relativo ao sistema de climatização, a Sra. Diretora direcionou para a necessidade da regularização das temperaturas, por via da inteligência do sistema, em prol da sustentabilidade energética e modernização das infraestruturas de gestão de recursos da Faculdade, em benefício de toda a comunidade, e da própria Escola. No que respeita aos encargos com cobranças, e sem prejuízo da intervenção da Dra. Ana Ramos neste sentido, a Sra. Diretora fez associar os mesmos para com a gestão especializada perante as contas e movimentos bancários da Faculdade, acentuados pela subida das taxas pelos respetivos Bancos responsáveis, e também para com os esforços dirigidos em prol do desenvolvimento de meios para obtenção de receitas, muito benéficos para a Escola e compensadores da adjacente despesa.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Sobre os temas abordados pela Sra. Dra. Teresa Morais, aos quais a Sra. Diretora dirige a maior consideração, deu nota da estreita comunicação para com o Presidente da AAFDL, em prol do assegurar da posição relativa à segunda psicóloga do GAP, de forma a dar manutenção ao regular e bom funcionamento do Gabinete, fulcral para a vida da comunidade académica. Relativamente ao apoio linguístico em Português para alunos estrangeiros, a Sra. Diretora demarcou algumas dificuldades associadas à sua prestação, como o suporte financeiro e a organização do mesmo num modelo exterior à Faculdade, pelo que, na visão da gestão da Escola, esta relevante questão deve também vir a ser articulada com o Gabinete de Responsabilidade Social, de forma a suprir eventuais problemáticas e melhor assegurar o desempenho dos estudantes. No que diz respeito ao curso de primeiros socorros psicológicos, tema de especial relevância no contexto escolar, a Sra. Diretora deu nota da procura e estudo de meios de superação das dificuldades adjacentes à manutenção do curso em causa, em conformidade com pronúncia do Conselho de Gestão, de forma a dar possível e futura resposta às necessidades enunciadas.

Quanto aos aspetos colocados em intervenção, pelo Conselheiro Joel Semedo, e no que tem que ver com os encargos e investimentos associados a publicidade, a Sra. Diretora fez menção da mesma em prol de meios de comunicação social escritos, como o suplemento associado à oferta formativa do Semanário Expresso, dando ainda nota das despesas relativas à publicidade obrigatória, como por meio do Diário da República, anteriormente não assumidas como um encargo para a Faculdade. Neste sentido, ainda no que respeita à publicidade, faz-se atentar aquela adjacente às redes sociais, muitas vezes paga pela Escola, no propósito da maior divulgação de conteúdos a esta associada. Relativamente ao corte para com as despesas com pessoal, a Sra. Diretora explicitou que nos anos de 2022 e 2023 foram asseguradas várias reposições necessárias que fazem concluir para valores absolutos diferentes, no sentido da sua comparação, mas na realidade estabilizados e regularizados, em impulso refletor da necessidade da adaptação da Faculdade de



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Direito perante a avaliação do desempenho dos docentes, espelho da atualização associada à sua remuneração devida, aspeto de anterior atraso na gestão da Escola, questão problemática, mas suprida nos últimos anos. No que tem que ver com o tema do anonimato na avaliação, deu nota positiva da experiência, ainda que com algumas lacunas associadas à prática identificativa por parte de alguns alunos, induzidos pelo costume da colocação do seu nome nas folhas de teste, muito apesar de todos os cuidados e avisos neste sentido. A nível da formação docente em termos pedagógicos, a Sra. Diretora lembrou o protocolo celebrado no ano transato com o Instituto de Educação, dando nota da obrigatoriedade da formação para os docentes recentemente introduzidos no quadro de professores.

No que respeito diz às questões levantadas pelo Conselheiro Vítor Andrade André, a Sra. Diretora deu nota da maximização da oferta formativa, face aos recursos humanos presentes da Faculdade, lembrando o ambicioso sentido de desenvolvimento da mesma, entre outros, por meio do exemplo da recente cooperação da Faculdade de Direito para com a Faculdade de Motricidade Humana no âmbito do Direito do Desporto, tanto na licenciatura como no mestrado, o que implica também a gestão de meios e recursos de colaboração entre as instituições. Ainda neste sentido, deu nota da colaboração da Escola para com outras instituições cooperantes, como a Academia Militar, a GNR, e o Instituto Superior Técnico, em reflexo da implicação de recursos variados, lembrando ainda a Sra. Diretora a colaboração com a Faculdade de Letras perante a licenciatura em Estudos Europeus, tudo isto como espelho da atenção devida em prol da potencialização da oferta formativa.

Sobre as obras a suceder no piso correspondente à cave da biblioteca, uma segunda fase já programada do trabalho a desenvolver, deu nota da implicação natural de algum transtorno associado ao labor correspondente, para os utilizadores do espaço de estudo e investigação. Quanto ao tema envolto à criação de novas salas, a Sra. Diretora deu informação da existência de projetos de arquitetura adjacentes, porém associados a uma empreitada pendente de um procedimento concursal de natureza



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

morosa, pelo que, atualmente está a ser reformado um novo espaço destinado à adição de mais uma sala de aula, no local da tesouraria, futuramente deslocada para junto do espaço direcionado aos serviços financeiros. Neste sentido, dá-se nota da impossibilidade dirigida à atribuição de salas a todos núcleos de estudantes existentes, não suportando a Escola espaço de infraestrutura suficiente para o assegurar dos mesmos, ainda que com todos os esforços volvidos. Sobre a maior cooperação da Faculdade para com estes mesmos núcleos, e a sugestão da atribuição de emails com domínio “fdul”, a Sra. Diretora dá nota do desaconselhamento desta prática por parte dos responsáveis da área da informática, de forma a garantir o regular funcionamento dos endereços já existentes, evitando a grave previsão da identificação dos mesmos como “Spam”, já ocorrida em alguns casos tratados.

No que tem que ver com o apoio da Faculdade aos Moot Courts e às equipas de alunos da Escola neles envolvidos, deu nota da presente assistência perante os mesmos, em parte justificativa das enunciadas despesas com representação, deslocações e estadas, bem como aquelas associadas ao Gabinete Erasmus e de Relações Internacionais, em prol do desenvolvimento dos variados cursos intensivos, lecionados por docentes, na sua maioria, estrangeiros, aos quais adjaz o suporte financeiro da Faculdade em termos das suas deslocações.

Sobre os aspetos enunciados pelo Conselheiro André Brito, a Sra. Diretora deu nota da atual impossibilidade da acreditação do mestrado à distancia, por via da ausência de meios e recursos necessários ao regular funcionamento do mesmo. No que tem que ver com o trabalho da comissão dedicada à internacionalização do ensino, o ponto de situação descrito perante as traduções, faz-se dever essencialmente à baixa adesão dos docentes perante a mesma, em reflexo também da internalização dessas atividades nos próprios centros de investigação. Em respeito à racionalização dos recursos hídricos, a Sra. Diretora informou que a inteligência associada ao tratamento eficiente destes mesmos está a ser tratada, bem como a projeção do mencionado poço de reserva, em prol da sustentabilidade e reutilização das águas para regas e outros serviços relativos, aproveitando para dar nota do atendimento



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

necessário no que tem que ver com as instalações elétricas da Escola em geral, especialmente dos anfiteatros do edifício antigo, assim como os sistemas de canalizações do mesmo, trabalho já a decorrer. Relativamente à obra a suceder no jardim interior, espera-se que a mesma possa vir a suceder ainda no mandato corrente, com previsão da sua iniciação para o último trimestre do ano corrente. Em relação à ausência dos relatórios dos gabinetes, no site da Faculdade, a Sra. Diretora informou que os mesmos serão publicados, estando o site, recentemente reestruturado, ainda em momentos de atualização. Sobre o assunto relativo a um possível sistema de reserva temporária dos cacifos, semestral ou anual, deu nota do estudo da questão, em projeção da melhor racionalização do uso dos mesmos por parte da comunidade académica.

Por fim, a Sra. Diretora fez requerer à Sra. Presidente Interina a tomada de palavra por parte da Dra. Ana Ramos, Coordenadora da Área Financeira, de forma a que se façam suprir alguns esclarecimentos direcionados em matéria da sua responsabilidade.

A Dra. Ana Ramos cumprimentou todos os presentes, esclarecendo o Conselho perante um conjunto de questões pendentes em discussão, algumas delas de maior tecnicidade do ponto de vista do trato financeiro. Neste sentido, deu nota: do corrente aumento, e significativo, do número de estudantes internacionais na Faculdade, reflexo do acréscimo da parcela orçamental ao assunto dedicada; do investimento em “merchandising”, em projeção da imagem da Escola, que se pretende reforçar para o ano de 2024, em prol da rúbrica correspondente a “Prémios, condecorações e ofertas”; do peso da rúbrica associada a “Material de educação, cultura e recreio”, em relação aos investimentos associados a bases de dados e compra de material bibliográfico para a biblioteca, investimento corrente da vida da Escola; dos encargos com a manutenção da Faculdade, e outros serviços associados, como correspondentes à rúbrica relativa a “Trabalhos especializados”,



não se enquadrando qualificativamente noutras rúbricas; e por último, dá nota da ausência do parecer do Órgão de Fiscalização, como consequente do trabalho necessário de projeção dos documentos em discussão no momento presente, pelo que a consulta a estes associadas pelo órgão fiscal só poderia avançar a partir do mês de agosto, e envolto num processo denotativamente complexo.

Sobre os encargos com as cobranças, aspeto anteriormente discutido, faz-se apontamento conclusivo de que os custos a estes associados, têm que ver com a disponibilização de novas formas de pagamento, como MBWay, que por si tem custos associados, e também fazem corresponder ao próprio sentido da inflação verificada pelo aumento das cobranças dos Bancos responsáveis para com as despesas bancárias.

A Sra. Presidente Interina agradeceu à Sra. Diretora e à Dra. Ana Ramos os esclarecimentos e apontamentos relativos às suas intervenções, esclarecedores no contexto da discussão dos documentos, questionando o Conselho se, neste sentido, algum membro do Órgão pretende tomar a palavra.

O Conselheiro Vítor Andrade André agradece a tomada da palavra, dirigindo então a sua intervenção para breves assuntos direcionados. Sobre os cursos de apoio à Língua Portuguesa, ponto introduzido pela Sra. Professora Teresa Morais, dá-se nota do particular apoio e incentivo, porém, com a adição da necessária abertura destes mesmos não só a alunos advindos de países de língua oficial não portuguesa, mas também a alunos que, com dificuldades no trato do idioma, possam ser interessados na sua frequência, como alunos dos PALOPS, onde apesar da língua portuguesa ser corrente, assume compreensões e dimensões distintas. Neste sentido, introduz-se também a ideia da possibilidade de abertura de um curso de introdução à informática, fulcral para o atendimento face a necessidades correntes de alguns alunos, que por ausência de culpa própria, apresentam dificuldades várias



relativamente ao trato do funcionamento de um computador, ou outro meio tecnológico e informático similar, e dos sistemas e utilidades a estes adjacentes.

Sobre o tema envolto às receitas próprias da Escola, o Conselheiro Vítor Andrade André apontou para a possível utilidade financeira da reserva de cacifos aos estudantes, assunto que neste sentido diz ser de conversações para com a AAFDL, que já há muito assume um sistema similar de reserva de cacifos. Ainda neste tema, apontou para a rentabilidade dos Centro de Arbitragem e de Consultadoria Jurídica, como plausíveis motores de impulso de receita, por via da internalização da feitura de pareceres necessários à Faculdade, no sentido da anterior intervenção do Conselheiro João Barreiro, e da própria divulgação do trabalho e missão dos centros. Também no que respeito diz à relação da Instituição com os Centros de Investigação, fazem-se apresentar possíveis visões geradoras de receita para a Escola, como a organização conjunta de cursos direcionados.

Por último, sugeriu a possível requisição dos manuais presentes no espólio da biblioteca, tanto por personalidades internas, como externas à Academia, sob o pagamento de uma possível quota semestral, ou anual, que neste sentido permitirá à Faculdade a obtenção de uma nova fonte de rendimento, uma vez que a grande maioria dos manuais não se apresentam como fundamentais e imprescindíveis à frequência do curso, numa comparação sistemática ao funcionalmente do parque de estacionamento.

O Conselheiro João Barreiro agradeceu a palavra à Sra. Presidente Interina, dando nota que a sua breve intervenção se fará focar em pontos específicos, pelo que não tomará a forma alguma de rebatimento ao infra explanado, mas de apresentação distinta de visão relativa aos assuntos tratados. No que tem que ver com a aposta no “merchandising”, faz-se atentar à necessidade da avaliação correspondente às vendas de entre as variadas categorias de produtos apresentados pela Faculdade ao público, de forma a não se projetarem desnecessários custos associados a peças de valor mais significativo, e menos rentáveis para a Escola, prejudicando o equilíbrio



orçamental. Sobre as intervenções anteriores, e sem querer tomar discussão prolongada sobre esses assuntos, em consequência das limitações horárias da reunião presente, o Conselheiro João Barreiro dá nota de possíveis problemáticas relativas à reserva semestral ou anual dos cacifos, quando não acompanhada de um forte e significativo, e neste sentido, necessário investimento associado à compra de mais cacifos, uma vez que, se atualmente já se verificam transtornos derivados da ausência de meios e recursos capazes de atender às necessidades diárias da comunidade estudantil no que tem que ver com esta matéria, muitos mais se verificariam caso parte dos cacifos se tornasse indisponível semestral, ou anualmente, no número atual. Toma-se nota do apoio da implementação do possível projeto acerca da reserva de cacifos, mas só quando acompanhado pela resposta às possíveis adversidades já explanadas, de forma a suprir inquietações e embaraços passados, como a necessidade do arrombamento de alguns cacifos, em imposição do cumprimento do regulamento de utilização a estes adjacente.

Quanto à proposta adjacente à criação da possibilidade da reserva de livros pertencentes ao espólio da biblioteca, sob o pagamento de uma taxa semestral ou anual, em conveniência dessa possibilidade, e projetada a partir da intervenção do Conselheiro Vítor Andrade André, o Conselheiro João Barreiro apontou para que, muito apesar da mesma não se idealizar com alcance inclusivo dos manuais essenciais do curso, necessários a todo tempo ao serviço da comunidade académica, a abertura da reserva de parte do espólio da biblioteca, não só aos membros internos da Academia, bem como aos externos a ela, seria insustentável e incompatível para com a necessidade constante de investigação perante as variadas fases de avaliação da Escola, principalmente aquelas que, indo além dos manuais de base do curso, se fazem focar e dedicar a temas específicos, como as orais de melhoria. Faz-se atentar para que uma proposta de interesse como a tratada, só seria benéfica de sua implementação, quando apoiada pela necessária compra e investimento adjacente ao espólio correspondente à possibilidade de sua reserva.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

O Conselheiro André Brito, relembrando episódios anteriores e semelhantes, solicitou à Sra. Diretora que a Sra. Dra. Teresa Morais, Coordenadora do Grupo de Trabalho para a Saúde e Bem-estar, apresentasse também este ano o relatório dedicado à comissão que coordena.

A Sra. Presidente Interina agradeceu a todos pelas intervenções declaradas no contexto da discussão dos documentos, dirigindo também uma palavra de agradecimento à Sra. Diretora, enquanto cabeça da equipa de Gestão, pela dedicação e esclarecimentos adjacente aos pontos em causa.

Reunidas as condições, os documentos foram submetidos a votação, sendo aprovados com a abstenção única do Sr. Professor Doutor João Espírito Santo.

A Sra. Presidente Interina felicita a equipa de Gestão, na figura da Sra. Diretora, pela aprovação dos documentos relativos aos pontos 3 e 4 da ordem de trabalhos, aproveitando o momento para dirigir um voto de rápidas melhoras ao Sr. Presidente do Órgão, Prof. Doutor Pedro Romano Martinez, apoiado por todos os presentes.

O Sr. Professor Doutor João Espírito Santo agradeceu a tomada de palavra, referindo que, enquanto Conselheiro eleito pela Lista B, o voto de abstenção, que será declarado por escrito, tem sido a prática corrente da lista pela qual foi eleito, de forma a que, por pressupostos democráticos, não se criem entraves à gestão da Escola. Dá nota de que o ano corrente é de eleições para os Órgãos de Gestão da Faculdade, motivo também ele relativo ao sentido do seu voto.

A Sra. Diretora agradece o voto de confiança do Conselho, perante a aprovação das propostas de orçamento e plano de atividades, aproveitando mais uma vez para dirigir uma palavra de apreço aos colaboradores e à equipa de gestão, que tornam possível o quotidiano e o regular funcionamento da Faculdade de Direito.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

A Sra. Presidente Interina agradeceu a presença de todos, dando nota de que a marcação da próxima reunião será enviada para os membros do Órgão, via email. Não havendo mais nenhum assunto a tratar, a Sra. Presidente Interina encerrou a reunião às doze horas e trinta minutos.

A Presidente Interina do Conselho de Escola

(Prof.ª Doutora Paula Costa e Silva)

Os Secretários do Conselho de Escola

(João Barreiro)

(Lic. Rosa Guerreiro)